

**NOSSA OPINIÃO**

/// Nova distribuição de ICMS aprovada pela Assembleia Legislativa deve beneficiar a maioria dos municípios

**PARTILHA MAIS JUSTA**

**T**udo leva a crer que o governo estadual vai sancionar o projeto de lei, aprovado pelos deputados, que exclui as operações de petróleo e gás dos critérios para a distribuição do ICMS dos municípios. A medida deve ser eficaz para corrigir distorções que já estão ocorrendo e tendem a se agravar no futuro, com o aumento da produção de petróleo no Estado.

A maioria das cidades vem encarando perdas de receita. Muito por conta do VAF (Valor Adicionado Fiscal) do petróleo. A sigla, no geral, diz respeito à riqueza gerada pelas empresas no território dos municípios, usada pela Secretaria da Fazenda na definição do Índice de Participação dos Municípios (IPM). É ele que determina a fatia do bolo do ICMS que cabe a cada cidade. O problema é que o VAF do petróleo resulta da operação de transferência do produto extraído dos campos para as refinarias, o que muitos não consideram uma transação comercial. O projeto de lei aprovado na Assembleia exclui essas operações feitas pela mesma empresa da avaliação citada anteriormente.

“

**EU DIGO QUE...**

“Prefiro todos os dias da minha vida ir na cadeia visitar meu filho, do que saber que meu filho é um terrorista e está agora na Síria”

—  
**Rosana Rodrigues**  
Brasileira, mãe do jovem belga Brian De Mulder (membro do grupo Estado Islâmico), afirmando que deseja que o filho seja condenado no processo contra a organização extremista

“Com certeza não sou o nome da renovação da

**Isabella Batalha Muniz Barbosa**

É arquiteta urbanista e doutora em paisagem e ambiente

/// Enquanto as prefeituras correm para se ajustar à Política Nacional de Resíduos Sólidos, aumenta o número de empresas que dão uso inteligente ao lixo

*A riqueza do lixo*

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determinou, até agosto deste ano, o fim dos lixões e a redução gradual de resíduos secos em aterros sanitários, assim como a inclusão de 600 mil catadores nesse processo. A PNRS determinou ainda que Estados e municípios apresentassem planos para repasse de recursos da União. Entretanto, as pesquisas indicam que apenas 40% dos 5.565 municípios brasileiros cumpriram a lei depositando seus resíduos em aterros sanitários.

Considerando que o custo operacional de um aterro é muito grande – envolvendo impermeabilização do solo para evitar infiltração do chorume e compactação diária dos resíduos – e que a grande maioria dos municípios tem uma população em torno de 20 a 100 mil habitantes e com poucos recursos, muitos deles continuam no improvisado quanto à destinação dos resíduos, outros se organizam em consórcios para obterem melhor custo/benefício na implementação da política.

Mas o fato é que estamos muito aquém das metas. A cidade de São Paulo recicla menos que 2% do seu lixo. No Espírito Santo, o Ministério Público Estadual vem cobrando o cumprimento da lei, seja por meio de TACs aos municípios para eli-

minação dos lixões, seja no incentivo às parcerias tecnológicas e ações na educação ambiental que envolva agentes de saúde, líderes comunitários e sociedade.

Enquanto as prefeituras correm para se ajustar à lei, aumenta o número de empresas que dão ao lixo um uso inteligente, revertendo-o em um mercado lucrativo que traz benefícios tanto para o meio ambiente como para a economia. Dentre as soluções alternativas, podemos citar: o Combustível Derivado do Resíduo (CDR) que gera mix inflamável por biogás, produzindo energia elétrica mais acessível ante o aumento substancial do produto; o coprocessamento de entulho proveniente da construção civil, constatado que este é o setor que mais gera lixo com indicativo de 42 milhões de toneladas de desperdício em 2013; a compostagem que recicla resíduos orgânicos em biofertilizantes, e que, por sua vez, aumenta a vida útil do aterro; a usina de gás veicular, e por último, a transformação do metano em dióxido de carbono.

Como vemos, o que era um paradigma – o lixo – hoje é um potencial para geração de emprego e renda e qualificação do ambiente. Atualmente, há 21 projetos em vários Estados de geração de energia que somam 254MWh. Nessa perspectiva, é premente potencializar os incentivos do governo em todas as esferas, tanto no respaldo à política de resíduos, como na otimização das oportunidades para ampliação e fortalecimento das médias e pequenas empresas no setor. Tudo deve se transformar.